

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2013 – Complementar

1

Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)	Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2013 – Complementar	Emendas da CCJ
	Altera o Código Eleitoral para impor celeridade processual nos casos que especifica.	
		Emenda nº 2 – CCJ Dê-se aos incisos I, II e III do parágrafo único do Art. 35 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, nos termos propostos pelo art. 1º do PLS nº 384, de 2013, Complementar, a seguinte redação:
	Art. 1º Os arts. 22, 29, 35, 93 e 216 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 , passam a vigorar com as seguintes alterações:	“ Art. 1º”
Art. 22. Compete ao Tribunal Superior:	“ Art. 22”	
Parágrafo único. As decisões do Tribunal Superior são irrecorríveis, salvo nos casos do Art. 281 .	§ 1º As decisões do Tribunal Superior Eleitoral são irrecorríveis, salvo nos casos do art. 281 .	
	§ 2º Nos casos das alíneas a e j do inciso I, e do inciso II, deste artigo, o processo deverá estar julgado no prazo de cento e vinte dias, contados da data de distribuição, sob pena de inserção em pauta de julgamento com absoluta preferência, sobrestando-se o julgamento dos demais feitos, exceto dos referidos no § 3º deste artigo, até que se ultime a decisão.	
	§ 3º Os processos relativos à impugnação de mandato eletivo, à anulação de eleição e à expedição do diploma deverão estar decididos em sessenta dias, contados da data de distribuição, sob as mesmas consequências definidas no § 2º deste artigo.” (NR)	
Art. 29. Compete aos Tribunais Regionais:	“ Art. 29”	
Parágrafo único. As decisões dos Tribunais Regionais são irrecorríveis, salvo nos casos do Art. 276 .	§ 1º As decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais são irrecorríveis, salvo nos casos do art. 276 .	



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2013 – Complementar

2

Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)	Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2013 – Complementar	Emendas da CCJ
	§ 2º Nos casos das alíneas <i>a</i> e <i>e</i> do inciso I, e do inciso II, deste artigo, o processo deverá estar julgado no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de distribuição, sob pena de inserção em pauta de julgamento com absoluta preferência, sobrestando-se o julgamento dos demais feitos, exceto dos referidos no § 3º deste artigo, até que se ultime a decisão.	
	§ 3º Os processos relativos à impugnação de mandato eletivo, à anulação de eleição e à expedição de diploma deverão estar decididos em sessenta dias, contados da data de distribuição, sob as mesmas consequências definidas no § 2º deste artigo.” (NR)	
Art. 35. Compete aos juizes:	“ Art. 35.	“ Art. 35.
.....
XIX - comunicar, até às 12 horas do dia seguinte a realização da eleição, ao Tribunal Regional e aos delegados de partidos credenciados, o número de eleitores que votarem em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da zona.		
	Parágrafo único. Os prazos para decisão do processo, sob pena de inserção obrigatória em pauta de julgamento com absoluta preferência e com sobrestamento da apreciação de todos os demais feitos até que se ultime a decisão, são:	Parágrafo único.
	I – no caso do inciso II, de noventa dias;	I – no caso do inciso II do caput deste artigo , de noventa dias;
	II – no caso do inciso III, de sete dias;	II – no caso do inciso III do caput deste artigo , de sete dias;
	III – no caso do inciso XII, imediatamente após a manifestação do Ministério Público.” (NR)	III – no caso do inciso XII do caput deste artigo , setenta e duas horas após a manifestação do Ministério



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2013 – Complementar

Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)	Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2013 – Complementar	Emendas da CCJ
		Público.
Art. 93. O prazo da entrada em cartório ou na Secretaria do Tribunal, conforme o caso, de requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às dezoito horas do nonagésimo dia anterior à data marcada para a eleição.	“ Art. 93. O prazo de entrada em cartório ou na Secretaria do Tribunal, conforme o caso, de requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará improrrogavelmente às dezoito horas do centésimo dia anterior à data marcada para a eleição.”
§ 1º Até o septuagésimo dia anterior à data marcada para a eleição, todos os requerimentos devem estar julgados, inclusive os que tiverem sido impugnados.	§ 1º Todos os requerimentos deverão estar decididos, inclusive os que tiverem sido impugnados, no prazo de dez dias, contados do encerramento do prazo a que se refere o caput deste artigo.	
§ 2º As convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, até dez dias antes do término do prazo do pedido de registro no cartório eleitoral ou na Secretaria do Tribunal.	
§ 3º Nesse caso, se se tratar de eleição municipal, o juiz eleitoral deverá apresentar a sentença no prazo de 2 (dois) dias, podendo o recorrente, nos 2 (dois) dias seguintes, aditar as razões do recurso; no caso de registro feito perante o Tribunal, se o relator não apresentar o acórdão no prazo de 2 (dois) dias, será designado outro relator, na ordem da votação, o qual deverá lavrar o acórdão do prazo de 3 (três) dias, podendo o recorrente, nesse mesmo prazo, aditar as suas razões.	§ 3º Os prazos para a decisão, sob pena de sobrestamento de pauta, são:	
	I – de dois dias para o Juiz Eleitoral apresentar sentença;	
	II – de dez dias para o Tribunal Regional Eleitoral.” (NR)	
Art. 216. Enquanto o Tribunal Superior não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, poderá o diplomado exercer o mandato em toda a sua plenitude.	“ Art. 216. Enquanto não decidido definitivamente recurso interposto contra a expedição do diploma, o diplomado não poderá ser investido no mandato.” (NR)	Emenda nº 1 – CCJ Acrescente-se o seguinte art. 2º ao PLS nº 384, de 2013, Complementar:
		“ Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.”

